



PROPOSTA Nº 184 /2017

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de contrato de Delegação de Competências entre o Município e a Freguesia da Misericórdia, bem como aprovar a respetiva minuta de Contrato

PELOURO: Higiene Urbana

SERVIÇOS: DMHU

CONSIDERANDO QUE:

- A Lei 56/2012 de 8 de Novembro iniciou um processo único de descentralização entre autarquias locais proporcionando uma articulação e cooperação cada vez maior entre o município de Lisboa e as 24 freguesias que compõem a área geográfica de todo o município;

- Este processo que se iniciou após as últimas eleições autárquicas com a constituição dos novos órgãos autárquicos ao nível das freguesias e com a assunção de novas competências próprias por parte das mesmas, como é o caso, por exemplo da limpeza urbana, do licenciamento e de novas competências na gestão do território;

- Desde então, as freguesias conseguiram, com sucesso, adaptar a sua estrutura organizacional de forma a acolher as novas competências, bem como, outras competências que têm vindo a ser delegadas em matérias de natureza diversa, tais como:

- a. Requalificação de Pavimentos, incluindo pavimentos pedonais.
- b. Execução do Plano de Acessibilidade Pedonal;
- c. Criação ou Requalificação de Passagens Pedonais Superiores e Inferiores;
- d. Criação de Bolsas de Estacionamento;
- e. Limpeza e Requalificação de Taludes e Expectantes;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- f. Requalificação de Logradouros;
- g. Recuperação de Escadarias;
- h. Requalificação de Jardins;
- i. Recuperação de Lagos;
- j. Requalificação dos Parques Infantis públicos em património municipal;
- k. Criação e Requalificação de Equipamentos em Infraestruturas (mercados; equipamentos culturais, desportivos e sociais, etc.);
- l. Circuitos de Fitness e Manutenção;
- m. Parques Caninos;
- n. Execução do Orçamento Participativo.

- Os relatórios de Monitorização do Processo de Reforma Administrativa de Lisboa apontam para a necessidade de “abertura de novas direcções e possibilidades para a governação de proximidade”, identificando com muita clareza que nos encontramos numa nova etapa que evidencia novas “posturas e soluções de carácter diferenciador (face ao paradigma anterior), quer no que concerne às áreas de competências herdadas quer ainda em novas dimensões de acção pública de proximidade entretanto abertas”;

- A Câmara Municipal de Lisboa deu boa nota da Recomendação nº 1/91 da Assembleia Municipal, em que esta recomendou à CML “adaptar um modelo base, normalizado e uniformizado para os Contratos interadministrativos estabelecidos entre a Câmara e as Juntas, para competências em obras a realizar em áreas estruturantes da cidade, incrementando essa prática de forma equitativa”;

- Nesta medida foi introduzido um novo impulso ao processo de descentralização, abrindo novos caminhos, delegando novas competências nas freguesias, sempre que o município e as freguesias sintam que isso trará claros benefícios para a população, quer pela proximidade, quer pela celeridade na execução;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

I - Fundamentação de direito:

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e ss -, se determina que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- c) Mais prevê o diploma supra indicado que as referidas delegações de competências devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia da Misericórdia pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente;
- f) A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- g) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- h) Nessa medida, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos;
- i) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- j) Nessa medida, o legislador veio permitir que, através de contratos interadministrativos, a câmara municipal e as juntas de freguesia, no exercício pleno da sua autonomia, venham articular no levantamento das necessidades e interesses coletivos das suas comunidades locais, cooperar na elaboração dos estudos necessários que instruem as respectivas propostas, e acordar “os termos e condições adequados ao exercício, por cada freguesia, em nome próprio, da competência municipal, com vista a garantir a satisfação daquelas necessidades e interesses coletivos no tempo adequado, segundo critérios de necessidade e suficiência dos recursos”- Vide nesse sentido, Parecer n.º 0003/SG/DJ/DCAJ/2017, elaborado pelo Departamento Jurídico;
- k) É, pois, nesta senda que, foi acordado o prazo de vigência in casu, como o tempo necessário e, portanto, apropriado ao exercício das competências municipais subjacentes pela Junta de Freguesia, e por conseguinte respeitando os princípios gerais previstos no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro,
- l) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- m) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente.

II - Fundamentação de facto

II.1. NO ÂMBITO DA CRIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

II.1.A- Intervenção:

Proceder às intervenções inerentes ao processo de alteração do sistema de recolha do Bairro Alto, melhor identificadas no estudo e efectuado para o efeito, e nas condições que sejam definidas pela Primeira Contratante, em desenvolvimento **do contrato anexo à presente proposta.**

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:

Nos termos das disposições conjugadas no artigo 23º, na alínea k) do artigo 25º e alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º, todos do regime jurídico das autarquias locais e dos artigos 116.º e seguintes



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

do regime jurídico da delegação de competências, ambos aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em anexo I à mesma lei:

1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia da Misericórdia respetivamente, para:

1.1. EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES

1.1.1. NO ÂMBITO DA CRIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

1.1.1.1. Intervenção:

- Aquisição de suportes de fixação de contentores;
- Instalação de suportes (fixação em calçada, aparafusamento em pedra ou cimento, nivelamento de escadaria).

1.2. AUTORIZAR A AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, NOS TERMOS SEGUINTE:

1.2.1. Para efeito do disposto no ponto 1.1.1. da parte deliberativa, a seguinte afectação:

1.2.1.1. Intervenção:

1.2.1.1.1 Afectação, para a mesma Freguesia, da quantia de € 65.000,00 (sessenta e cinco mil euros), que resulta dos seguintes parciais:

- Aquisição de suportes de fixação de contentores: € 45.500,00;
- Trabalhos no espaço público inerentes à fixação de contentores: € 19.500,00.

1.2.1.1.2. Aprovar que a transferência dos recursos financeiros para a Freguesia da Misericórdia seja realizada da seguinte forma:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- a. **1ª prestação:** no montante de € 39.000,00 (trinta e nove mil euros) equivalente a 60% da intervenção a efetuar;
- b. **2ª prestação:** no montante de € 26.000,00 (vinte e seis mil euros) equivalente a 40% da intervenção a efectuar.

A verba supracitada tem enquadramento orçamental na Rúbrica Económica L17.01, económica 08.05.01.01.01, Ação do Plano A4.P002.15 – Contrato de Delegação de Competências., ficando o mesmo condicionado à aprovação da Alteração Orçamental.

2. Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.

Lisboa, 7 de abril de 2017

O Vice-Presidente

Duarte Cordeiro



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DACM
n.º 184/2017
Fls. _____

MINUTA DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Duarte Cordeiro, e adiante designada por **Primeira Contratante**.

E

FREGUESIA DA MISERICÓRDA, pessoa coletiva n.º 510 833 349, com sede no Largo DR António de Sousa Macedo, n.º 7 D, Lisboa, aqui representada pela Exma. Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Carla Madeira, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

CONSIDERANDO QUE:

I- FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;
- b) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias - artigos 116º e seguintes -, determina-se que estas delegações devem ter como objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.
- c) O diploma supra referenciado dispõe que as referidas delegações de competências devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos.
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas.
- e) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia da Misericórdia pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- f) Nessa medida, o legislador veio permitir que, através de contratos interadministrativos, a câmara municipal e as juntas de freguesia, no exercício pleno da sua autonomia, venham articular no levantamento das necessidades e interesses coletivos das suas comunidades locais, cooperar na elaboração dos estudos necessários que instruem as respectivas propostas, e acordar “os termos e condições adequados ao exercício, por cada freguesia, em nome próprio, da competência municipal, com vista a garantir a satisfação daquelas necessidades e interesses colectivos no tempo adequado, segundo critérios de necessidade e suficiência dos recursos”- vide nesse sentido, Parecer n.º 0003/SG/DJ/DCAJ/2017, elaborado pelo Departamento Jurídico;
- g) É, pois, nesta senda que, foi acordado o prazo de vigência, como o tempo necessário e, portanto, apropriado ao exercício das competências municipais subjacentes pela Junta de Freguesia, e por conseguinte respeitando os princípios gerais previstos no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- h) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, a presente de delegações de competências, foi instruída com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- i) Neste contexto, foram elaborados pelos serviços municipais os estudos necessários, como previsto pelos dispositivos legais supracitados;
- j) A presente contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
- k) Tendo por desiderato uma clara e transparente definição da presente delegação de competências, o presente contrato subsume-se nas disposições conjugadas nos artigos 116.º a 123.º, e suas legais remissões, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo;

II- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

- l) Foi autorizada a celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Misericórdia por deliberação da Assembleia Municipal, de _____, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- m) No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;
- n) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações constantes da Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, estabeleceu a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia nomeadamente na gestão do espaço público e manutenção do território;
- o) A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia da Misericórdia consideram de interesse mútuo e prioritário a alteração do sistema de deposição de Resíduos Urbanos no Bairro Alto implementado na actualidade;
- p) Nos termos do disposto nas alíneas c) e e) do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012 de 08 de novembro, são competências próprias das Juntas de Freguesia, manter e conservar pavimentos pedonais e manter, reparar e substituir o mobiliário urbano no espaço público, com exceção do que seja objeto de concessão, assegurando a uniformidade estética e funcional dos mesmos;
- q) No entanto, a reparação e reabilitação de fundo dos locais supra referidos, compreende intervenções mais abrangentes que, pela sua natureza e características não assumem uma dimensão de mera conservação e manutenção, mas sim de requalificação e beneficiação, integrando-se pois nas competências da Câmara Municipal previstas na alínea t) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

É celebrado o presente contrato de delegação de competências, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

SECÇÃO 1

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Cláusula 1.ª

Objetivo da delegação de competências

1. O presente contrato de delegação de competências tem como objetivo:

No âmbito do espaço público e equipamentos urbanos, melhorar as condições estruturais do modelo de deposição e recolha de Resíduos Urbanos implementado no Bairro Alto promovendo a melhoria das condições de vida das populações neste Bairro Histórico da cidade, bem como as condições de trabalho das equipas ligadas à remoção e limpeza urbana.

Cláusula 2.ª

Objeto contratual

Pelo presente contrato, a Primeira Contratante delega na Segunda Contratante as competências previstas na cláusula 3ª, do Capítulo I e no Capítulo II, ambos do presente contrato.

Cláusula 3.ª

Competências da Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas. Concretamente ao nível da aquisição do equipamento de fixação de contentores bem como da sua instalação;
- b) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- c) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- d) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- e) Realizar o objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;
- f) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- g) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- i) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

Cláusula 4.ª

Competências da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração dos procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos objeto do presente Contrato
- b) Acompanhar os trabalhos, mediante relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

SEÇÃO 2

CONTROLO E OUTRAS DISPOSIÇÕES

Cláusula 5.ª

Auditoria



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.

2. A execução do presente Contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, podem promover reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizar visitas ao local objeto do presente Contrato.

Cláusula 6.ª

Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.

2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.

3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:

- a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
- b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

SEÇÃO 1

Cláusula 7.ª

Competências delegadas na Segunda Contratante

1. No exercício das competências delegadas pelo presente Contrato, competirá, ainda, à Segunda Contratante:

a) No âmbito da **intervenção de requalificação das instalações do Posto de Limpeza de Carnide:**

- i. Aquisição do material de fixação dos contentores;
- ii. Fixação das infra-estruturas;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- iii. Realização de obra necessária à manutenção das condições de mobilidade pedonal e viária;
- iv. Acabamentos de enquadramento paisagístico.

Cláusula 8.ª

Competências da Primeira Contratante

1. No âmbito do presente contrato, ainda, competirá à Primeira Contratante acompanhar a execução dos trabalhos previstos na cláusula anterior mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

Cláusula 9.ª

Imputação dos Recursos Financeiros

Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, de acordo com presente Contrato, são os seguintes:

- i. O montante global é de **€ 65.000** (sessenta e cinco mil euros), imputados às seguintes intervenções:
 - Aquisição de suportes de fixação de contentores: € 45.500,00;
 - Instalação de suportes (fixação em calçada, aparafusamento em pedra ou cimento, nivelamento de escadaria): € 19.500,00.
- ii. Os recursos financeiros serão transferidos para a **Segunda Contratante** da seguinte forma:
 - a. **1ª prestação:** no montante de € 39.000,00 (trinta e nove mil euros) equivalente a 60% do equipamento a adquirir e dos trabalhos a realizar, vinte dias após a celebração do presente contrato;
 - b. **2ª prestação:** no montante de € 26.000,00 (vinte e seis mil euros) equivalente a 40% do equipamento a adquirir e dos trabalhos a realizar, no 3º trimestre de 2017 e com a conclusão da instalação.

CAPÍTULO III



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 10.ª

Anexos

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as peças escritas e desenhadas anexas, identificadas como Anexos.

Cláusula 11.ª

Entrada em vigor e Período de vigência

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Paços do Concelho de Lisboa, ____ de abril de 2017.

Pela Primeira Contratante,

O Vice-Presidente

Duarte Cordeiro

Pela Segunda Contratante,

A Presidente da Junta de Freguesia



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Carla Madeira



ESTUDO AO ABRIGO DO ARTIGO 122.º CONJUGADO COM O N.º3 DO ARTIGO 115.º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO NO ÂMBITO DO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DA MISERICÓRDIA

Nota prévia:

No âmbito da Recomendação nº1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesias, são instruídas com os estudos previstos no nº3 do artigo 115.º, ambos do anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro.

Em relação a cada uma das propostas de intervenção há a considerar os aspetos abaixo descritos, que correspondem as respetivas alíneas do n.º 3. do artigo 115º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro.

1.1. Enquadramento Geral da Intervenção

Refere-se o presente estudo à alteração do sistema de deposição de resíduos urbanos no Bairro Alto, pertencente à Freguesia da Misericórdia (Área de Intervenção em anexo).

O sistema em presença, já implementado no ano passado no Bairro da Bica consiste na alteração do sistema actual de recolha de resíduos em Bairros Históricos pela colocação de contentorização fixa em pontos estratégicos onde se verifica a concentração de produção de resíduos bem como a formação de montureiras de sacos de resíduos. Atualmente o processo de deposição e remoção consiste na distribuição periódica de sacos pela Câmara Municipal de Lisboa à população de forma gratuita. Estes mesmos sacos são colocados à remoção dentro dos horários estipulados pelo município. O processo actual demonstra em determinados períodos do dia uma acumulação significativa de sacos no espaço público com impactos negativos, em termos de salubridade, mobilidade, bem como, dedegradação da qualidade paisagística do espaço do Bairro.

No processo de implementação do projecto particular para o Bairro Alto para além de se pretender ordenar e disciplinar a deposição de resíduos é objectivo proceder à integração dos contentores no espaço público,



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

garantido uma utilização confortável, segura, pratica e salubre dos utentes e dos trabalhadores ligados à remoção de resíduos e limpeza urbana do espaço público.

O dimensionamento e localização dos locais a instalar a futura contentorização a instalar no espaço público (Proposta preliminar de fixação de contentores em anexo) apresentou as seguintes fases de projeto:

1. Identificação de locais sem condicionantes para a localização de equipamento;
2. Identificação de locais de incidência de deposição indevida;
3. Análise de quantitativos produzidos.

1.2.1. Levantamento Fotográfico



Recolha actual através do sistema de sacos



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A



Recolha actual através do sistema de sacos



Situações de Montureiras a minimizar com a intervenção futura



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A



Situações de Montureiras a minimizar com a intervenção futura



Simulação de equipamento a instalar para fixação de contentores



1.2.2. Resposta às questões do n.º 3 do artigo 115º

a) O não aumento da despesa pública global;

A solução técnica foi desenvolvida em coordenação com a Freguesia, a fim de garantir a racionalização da despesa.

As intervenções propostas pretendem ser facilitadoras para a população residente no Bairro Alto procurando ainda ser o menos intrusivas possível, de modo a não comprometerem o desenho do espaço público ou qualquer futura intervenção.

b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias locais ou pelas entidades intermunicipais;

Com a implementação do novo sistema é de prever ainda que o processo de reordenamento do sistema de deposição surta uma redução significativa do abandono inopinado levando a uma maior eficácia nas operações de remoção a levar a cabo. Indiretamente também é expectável que com o aumento da disciplina da deposição seja possível desanuvier a intervenção de limpeza pública. Ambas as melhorias são tendentes à redução da despesa com as operações de higiene urbana, nas vertentes recolha e limpeza urbana.

c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias locais ou das entidades intermunicipais;

Haverá uma maior celeridade e amplitude no controlo da execução do contrato, com a afetação de recursos que executarão estas tarefas sem se dispersarem por outro tipo de funções. A maior proximidade das Juntas de Freguesia das populações permite uma maior eficácia e uma resposta mais rápida a eventuais problemas que possam surgir.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

d) O cumprimento dos objetivos referidos no artigo 112.º;

A presente ação, coordenada com a Junta de Freguesia, tem como objetivo resolver problemas que são alvo de críticas. Garante uma maior racionalização dos recursos humanos e materiais disponíveis pela diminuição do número de intervenções de manutenção que seriam necessárias, libertando recursos para outras ações.

e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública.

A presente proposta foi articulada entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Carnide, no âmbito das correlativas competências.

A Chefe de Divisão da Limpeza Urbana

(Rita dos Santos Lucas)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ANEXOS

1 – Área de Intervenção

2- Proposta preliminar de fixação de equipamento

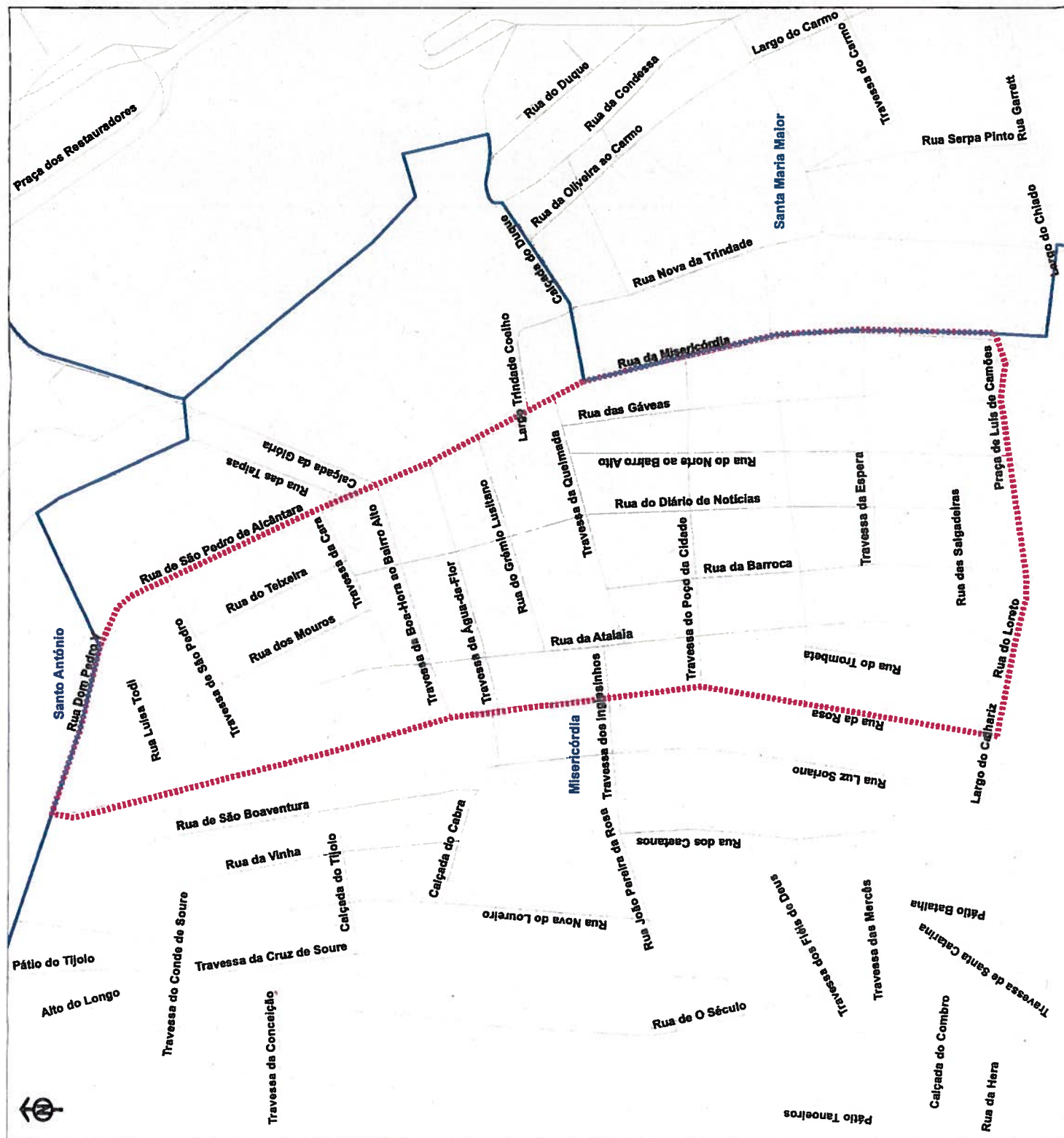
Limite da área de intervenção
Freguesias

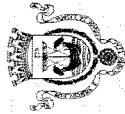
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE HIGIENE URBANA
Departamento de Higiene Urbana
Núcleo de Estudos e Projectos

Bairro Alto (limite da área de intervenção)

Sistema de referenciação Hayford-Gauss, DATUM 73
Fonte dos dados: DIGC, DHU
Última actualização gráfica: março 2017

1:2.200





CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2017

Data Lanç.: 13.04.2017

Data Doc.: 13.04.2017

Doc. Origem: PROTOCOLO

Descrição: DELEGAÇÃO COMPET PROTOCOLO JF MISERICORDIA

Orgânica: L17.01

Dep de Higiene Urbana

Funcional: _____

Nº Cabimento: 5317003555

NUP: 617002452

Moeda: EUR

| Económica | Código do Plano | Orçamento Inicial | Refor./Anula. | Orçam. Corrigido | Despesas Pagas | Encar. Assumidos | Saldo Disponível | Desp. Emergente | Saldo Residual |
|----------------|-----------------|-------------------|---------------|------------------|----------------|------------------|------------------|-----------------|----------------|
| 08.05.01.01.01 | A4.P002.15 | 0,00 | 135.000,00 | 135.000,00 | 0,00 | 70.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 0,00 |
| | Totais | 0,00 | 135.000,00 | 135.000,00 | 0,00 | 70.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 0,00 |

Total do Valor Cabimentado 65.000,00

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____

Contrato Escrito

Visto Tribunal de Contas

Comunicação Adicional T. C.

| | | | |
|---------|-----|-------------|-----|
| Exigido | [] | Não Exigido | [] |
| Exigido | [] | Não Exigido | [] |
| Exigido | [] | Não Exigido | [] |

Prop. n.º DACM 184/2017
Fls. _____

Data: 13.04.2017

Hora: 15:07:15

Pág: 1 / 1

Util: QCARVALHO

Visto

_____/_____/_____

PROCESSADO POR COMPUTADOR



Câmara Municipal de Lisboa
Direcção Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

DACM
Prop. n.º 183/2017
Fls. _____

DACM
Prop. n.º 184/2017
Fls. _____

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 30.04.2017

Nº 514 /2017

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

| | | |
|------------------------------------|------------|--------------|
| Junta de Freguesia de Carnide | Aguarda AO | 70.000,00 € |
| Junta de Freguesia da Misericórdia | Aguarda AO | 65.000,00 € |
| | | 135.000,00 € |

Para cumprimento da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

Valor a comprometer na L17.01 135.000,00 €

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 13 de Abril de 2017

O Director de Departamento de Contabilidade

Carlos Gabriel



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 13 de abril de 2017, as atas, as moções e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 147 e 148/2017 das reuniões de Câmara de 01 e 09 de fevereiro de 2017.

(Aprovadas por unanimidade)

Moção n.º 17/2017 **(Subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP)**

Aprovar a Moção “Estacionamento e conservação do Centro Histórico de Carnide”, nos termos da moção;

| | A favor | Contra | Abstenções |
|-----------------------------------|---------------------------------|------------------|------------|
| Rejeitada com a seguinte votação: | 5 (2PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP) | 10 (7PS e 3Ind.) | ----- |

Moção n.º 18/2017 **(Subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP)**

Aprovar a Moção “Sobre as políticas municipais no domínio da promoção de habitação a preços acessíveis”, nos termos da moção;

| Aprovada por maioria com a seguinte votação: | A favor | Contra | Abstenções |
|--|----------------------------|--------|---------------------------|
| | 12 (7PS, 3Ind., e 2PCP) | ----- | 4 (3PPD/PSD e 1CDS/PP) |



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 182/2017 **(Subscrita pelos Srs. Vereadores Paula Marques, Manuel Salgado e João Paulo Saraiva)**

Deliberar submeter à Assembleia Municipal para que este órgão autorize a celebração do contrato de concessão da 'Operação Renda Acessível da Rua de São Lázaro', através de concurso público, com publicidade internacional, com financiamento, conceção, projeto, construção/reabilitação, conservação e exploração de bens imóveis do Município de Lisboa, no âmbito do "Programa Renda Acessível", nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 183/2017 **(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)**

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município e a Freguesia de Carnide, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 184/2017 **(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)**

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município e a Freguesia da Misericórdia, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 185/2017 **(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)**

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município e a Freguesia de Santa Maria Maior, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 186/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de contrato de Delegação de Competências entre o Município e a Freguesia da Ajuda, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 187/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

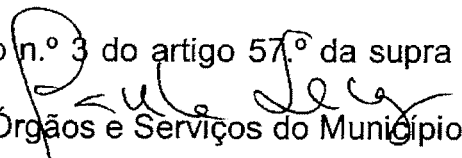
Aprovar a atribuição aos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa da subvenção correspondente ao primeiro trimestre do ano de 2017, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 188/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)

Aprovar a realização do Orçamento Participativo (OP) de Lisboa 2017, o valor a afetar e as Normas de Participação, nos termos da proposta;

| Aprovada por maioria com a seguinte votação: | A favor | Contra | Abstenções |
|--|-----------------|---------|------------------------|
| | 9 (6PS e 3Ind.) | 1 (PCP) | 3 (2PPD/PSD e 1CDS/PP) |

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, aos 13 de abril de 2017

O Presidente

Fernando Medina

PROPOSTA N.º 183/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DE CARNIDE, BEM COMO APROVAR A RESPETIVA MINUTA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 184/2017 APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DA MISERICÓRDIA, BEM COMO APROVAR A RESPETIVA MINUTA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 185/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, BEM COMO APROVAR A RESPETIVA MINUTA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 186/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DA AJUDA, BEM COMO APROVAR A RESPETIVA MINUTA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Tenho agora nota de que se podem juntar as Propostas 12 a 16, portanto, Proposta 183/2017, 184/2017, 185/2017, 186/2017 e 187/2017. Quem vota contra? Sr. Vereador, que votar ou quer-se pronunciar?

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Não, é um pedido de informação em relação às Proposta 183 e 184, se existe cabimento orçamental, na 183 e na 184.

O Sr. Presidente em exercício: - Sr. Vereador João Paulo Saraiva.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Como deram conta, há poucos momentos atrás foram votadas Alterações Orçamentais, as pessoas da Direção Municipal estão a carregar, e portanto não estão ainda aqui os papéis, mas existem, existirão, e depois poderemos enviar ainda com data de hoje, antes desse momento.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Ah, já foram emitidos?

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Estão emitidos.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Então a votação é feita já com o cabimento já consignado em Ata. Obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Portanto, Sr. Vereador depois ainda há mais uma Proposta, portanto pedia atenção.

Portanto vou por à votação a Proposta 183, 184, 185, 186 e 187. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foram aprovadas por unanimidade.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação as Propostas 183, 184, 185, 186 e 187/2017, as quais foram aprovadas por unanimidade.